

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG**

182ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 21 DE JULHO DE 2026.

1 Ata da 182ª (centésima octogésima segunda) reunião do Comitê de Investimentos realizada aos
2 vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sede do Instituto de
3 Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI. A reunião foi
4 coordenada pelo Diretor Presidente Edivaldo Antônio da Silva Araújo, contando com a presença
5 dos membros do Comitê de Investimentos Clarice Pereira de Paiva Ribeiro e Luis Roberto Andrade
6 para analisar e discutir as seguintes pautas: 1 – *Análise do retorno dos investimentos em relação à*
7 *meta atuarial do mês de junho de 2026*, 2- *Informes sobre a situação dos repasses Previdenciários*
8 *pela Prefeitura Municipal de Viçosa*, 3 - *Empréstimo Consignado*, 4 - *Assuntos gerais*. Monique da
9 Silva Santana justificou sua ausência por estar de licença médica recuperando de uma cirurgia.
10 Diante da análise dos relatórios de investimentos apresentados, verificou-se que o patrimônio da
11 carteira do Instituto fechou o mês de junho de 2026 com um total de R\$ 166.143.112,09, resultando
12 um retorno de 0,7021%, o que correspondeu a uma rentabilidade de R\$ 1.186.519,15. Foi aplicado,
13 neste período, o montante de R\$3.819.586,59 e resgatados R\$4.045.113,60. A carteira dos
14 investimentos, no mês analisado, encontrava-se assim distribuída: Títulos Públicos de emissão do
15 TN, Art. 7º, I: R\$ 76.402.564,48 (45,9854%), Renda Fixa (SELIC) Art. 7º, III: R\$3.433.985,92
16 (2,0668%); Renda Fixa (CVM) Art. 7º, V: R\$50.067.866,30 (30,1353%); Fundos de Ações (CVM)
17 Art. 8º, I: R\$31.809.952,80 (19,1458%); Fundos de Ações (BDR/ETF), Art. 8º, III: R\$829.538,11
18 (0,4992%) e Investimentos Estruturados classificados como multimercado, Art. 10, I:
19 R\$3.599.204,48 (2,1663%). Após análise, constatou que a carteira se encontra em conformidade
20 com os limites de alocação permitidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de
21 Investimentos vigente. Observa-se que o segmento de renda fixa apresentou resultado positivo
22 acumulado de R\$ 1.336.193,97, correspondente à rentabilidade de 1,0076%, demonstrando
23 estabilidade e aderência ao cenário econômico doméstico. O segmento estruturado apresentou
24 retorno negativo de R\$ 19.399,84, com desvalorização de -0,5361% no período. O segmento de
25 renda variável apresentou desempenho negativo de R\$ 130.274,98, representando -0,3975%
26 influenciado principalmente pelas perdas registradas nos fundos Itaú Dunamis FI em Cotas de FI,
27 BB Ações Governança IS FI, FI em cotas de FI de Ações Caixa Multigestor e Oceana Valor. Em
28 análise do cenário doméstico, como destacado em reunião anterior, observou-se que o Banco
29 Central reduziu a taxa Selic de 14,50% para 14,25%. A Selic é projetada em 14% ao final de 2026,
30 com o IPCA ultrapassando o teto da meta (estimativa de 5%). Ainda foi mencionado que o IPCA
31 de maio foi de 0,58% e que em doze meses a inflação alcançou para 4,72%. Destacou-se que o
32 momento pede cautela e visão de longo prazo, com diversificação e equilíbrio na gestão dos
33 investimentos e com possibilidades de cortes nos juros, a inflação permanece pressionada, mas
34 ainda num patamar elevado. O cenário internacional segue incerto, apesar do alívio da pressão sobre
35 o preço do petróleo e mantendo os juros elevados no mundo. Ao longo do mês, os títulos de renda
36 fixa representados pelo índice IRF-M, apresentaram rendimento de 0,69%, enquanto os títulos
37 indexados à inflação, representados pelo índice IMA-B, apresentaram rendimento de -1,04%. A

38 bolsa brasileira, por sua vez, representada pelo índice Ibovespa, apresentou desvalorização de
39 1,01%. Já o CDI, experimentou um rendimento de 1,12%. A Bolsa Americana, representada pelo
40 índice S&P 500, apresentou rendimento de -1,06%, enquanto o dólar (PTAX) teve valorização de
41 2,37% no mês, com o real cotado a R\$ 5,18/US\$. Dando prosseguimento à pauta, o Coordenador
42 do Comitê informou aos membros que a Prefeitura Municipal de Viçosa não fez os repasses das
43 contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário neste mês e que o atraso vem desde o mês
44 de abril, acumulando uma dívida em cerca de R\$3.000.000,00 ao Instituto. Informou que iria
45 oficializar aos órgãos competentes, sendo o Gabinete do Prefeito, à Controladoria e a Secretaria de
46 Gestão Financeira. Mencionou que, em conversa informal com a Secretária de Gestão Financeira,
47 foi informado que no mês de agosto será repassado todos os atrasados em virtude do recebimento
48 do IPTU. Quanto a pauta do empréstimo consignado, a autorização para implementação da
49 modalidade no Instituto é condicionada a classificação do Município de Viçosa no CAPAG
50 (Capacidade de Pagamento) que é uma avaliação realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional
51 quanto a situação fiscal de estados e municípios. Esta classificação avalia fatores como:
52 Disponibilidade de Caixa Bruta; Obrigações Financeiras e Receita Corrente Líquida, podendo
53 variar de 'A e D'. Os membros do Comitê foram informados que o Município de Viçosa, no
54 momento da assinatura do contrato, com a empresa especializada para auxiliar nos empréstimos
55 consignados era classificado na categoria "A" e atualmente o Município está classificado na
56 categoria "C". O Coordenador relatou que o município fará a apuração do ocorrido e providenciará
57 sua adequação. Comunicou a atual situação do Projeto de Lei que altera a gratificação do Conselho
58 Municipal de Previdência e do Conselho Fiscal, e ainda estabelece regulamentação à concessão de
59 diárias, destacando que foram questionados pelo Sindicato, o qual propõe que seja estabelecido o
60 reembolso para as despesas com viagens. Destacou que estão sendo analisadas as emendas
61 propostas no mencionado Projeto de Lei e que recorreu ao artigo 53 da Lei Municipal 810/91 que
62 disciplina e regulamenta as diárias. Nada mais havendo a tratar, às nove horas deu-se por encerrada
63 a reunião e, Eu, Luís Roberto de Andrade, lavrei a presente ata, que após aprovada será assinada
64 por todos os presentes e encaminhada à Diretoria Executiva para as providências cabíveis. Edivaldo
65 Antônio da Silva Araújo – CP RPPS DIRIG II e CP RPPS CGINV I [assinatura], Clarice Pereira de
66 Paiva Ribeiro – CP RPPS CGINV I [assinatura], Luís Roberto Andrade- CP RPPS CGINV
67 [assinatura].